

DO NEOLIBERALISMO COMO MÁQUINA DE GUERRA: E SUAS AFINIDADES COM A MÁQUINA DE GUERRA NEOFASCISTA

NEOLIBERALISM AS WAR MACHINE: AND IT'S AFFINITIES WITH THE NEOFASCIST WAR MACHINE

Émerson Pirola¹

RESUMO

Deleuze e Guattari afirmam haver uma independência de direito entre a máquina de guerra e o aparelho de Estado, sendo o encontro entre essas formas um evento com consequências contingentes, podendo haver destruição do Estado pela máquina de guerra, captura da máquina de guerra pelo Estado ou, o caso que nos interessa, tomada do Estado pela máquina de guerra. Se Deleuze e Guattari caracterizavam essa última possibilidade como o caso fascista, nossa hipótese é a de investigar se o neoliberalismo, em sua natureza anti-Estatal, não deve ser considerado, à sua maneira, como uma máquina de guerra, que toma o Estado e o coloca a serviço de seus fins, de direito, não estatais. Não é à toa, além disso, que haverão afinidades entre o modo de funcionamento da máquina de guerra neoliberal e da máquina de guerra fascista, indicando a relação contemporânea entre neoliberalismo e neofascismo, que constitui aspecto secundário de nossa investigação. Nosso texto, portanto, com embasamento teórico na obra de Deleuze e Guattari e auxílio na pesquisa contemporânea sobre o neoliberalismo, coloca a hipótese do neoliberalismo como uma máquina de guerra - portanto, essencialmente anti-estatal, mas que contingentemente toma o Estado e o submete, diminuindo em absoluto os axiomas sociais, indo na direção do que Deleuze e Guattari chamaram, acompanhando Virilio, de "totalitarismo anarco-capitalista", e que, simultaneamente, intensifica uma tendência de (auto-)destruição constitutiva do chamado Estado suicidário, sendo este outro eco da empreitada fascista.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Máquina de guerra; Neofascismo; Axiomática; Estado.

¹ Doutorando em Filosofia pelo PPG-Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Mestre em Filosofia pelo PPG-Filosofia da PUCRS. Bacharelado em Ciências Sociais pela UFRGS. Porto Alegre. Rio Grande do Sul. Brasil. E-mail: emerson.pirola@acad.pucrs.br. ORCID <https://orcid.org.0000-0003-2899-9103>

ABSTRACT

Deleuze and Guattari claim that there is a *de jure* independence between the war machine and the State apparatus, and that the encounter between these forms is an event with contingent consequences, which may lead to the destruction of the State by the war machine, the capture of the war machine by the State or, the case that interests us, the appropriation of the State by the war machine. If Deleuze and Guattari characterized this last possibility as the fascist case, our hypothesis is to investigate whether neoliberalism, in its anti-State nature, should be considered, in its own way, a war machine, which takes over the State and puts it at the service of its non-state, *de jure*, ends. It is not by chance, moreover, that there will be affinities between the functioning of the neoliberal war machine and the fascist war machine, indicating the contemporary relationship between neoliberalism and neofascism, which constitutes a secondary aspect of our investigation. Our text, therefore, with a theoretical basis in the work of Deleuze and Guattari and tanking assistance in the contemporary research on neoliberalism, places the hypothesis of neoliberalism as a war machine - therefore, essentially anti-State, but which contingently takes the State and submits it, absolutely diminishing the social axioms, going in the direction of what Deleuze and Guattari called, following Virilio, "anarcho-capitalist totalitarianism", and which, simultaneously, intensifies the tendency of a constitutive (self-)destruction of the State, called the suicidal State, another echo of the fascist enterprise.

Key words: Neoliberalism; War machine; Neo fascism; Axiomatic; State.

INTRODUÇÃO

Sibertin-Blanc (2016, p. 15. Grifo no original) propõe ler a obra comum de Deleuze e Guattari como uma "teoria da pluralidade de meios genealógicos para destruir a política", que tem como tema central o problema do "lugar da violência no espaço político, e, mais precisamente, dos modos em que ela pode ser levada a extremos em que a confrontação política se transforma em uma dimensão *impolítica* da violência que nulifica a própria possibilidade do conflito"². Passando pela relação entre máquina de guerra e Estado, em articulação com o desenvolvimento do Capitalismo Mundial Integrado (CMI) e a construção de uma máquina de guerra mundial (que Alliez e Lazzarato (2021) chamarão de "máquina de guerra do Capital"),

² Todas as traduções de citações em língua estrangeira são de nossa responsabilidade.

essa anulação da própria possibilidade de conflito sócio-político passa, como argumentamos, pela neoliberalização do mundo, que é prima tanto da emergência dos fenômenos de tipo neofascista quanto do contexto geral chamado por Deleuze e Guattari de pós-fascismo.

O neoliberalismo, como debatido por larga bibliografia crítica (SLOBODIAN, 2021; HARVEY, 2014; FOUCAULT, 2008; BROWN, 2015; 2019; CHAMAYOU, 2020; DARDOT; LAVAL, 2016; LAVAL, 2021; GAGO, 2018; SAFATLE; SILVA JÚNIOR; DUNKER, 2021; COOPER, 2004; 2017; LAZZARATO, 2011), sobretudo de vertente (neo)marxista e foucaultiana, é entendido como um fenômeno multifacetado, plural, local e global, político, social, econômico, subjetivo, moral, psíquico, micro e macropolítico, “de cima” e “de baixo”, estatal e popular, libidinal, jurídico, trabalhista, financeiro, monetário e fiscal, que perpassa tanto dinâmicas da lutas de classe e das crises de governabilidade quanto das crises de acumulação e mudanças na teoria e na prática da gestão pública e privada, além de mudanças de caráter antropogênico nas práticas e modos de ser subjetivos. Não pretendemos abarcar toda essa discussão e todos os pontos que perpassam uma caracterização completa do fenômeno neoliberal, nem debater as diferenças, comunalidades ou incongruências entre as diferentes abordagens teóricas desse campo, mas utilizamos a bibliografia no que ela nos agrega em relação a questões específicas do neoliberalismo, sendo elas, principalmente, a relação entre neoliberalismo e Estado. Qual o sentido em dizer, por exemplo, que o neoliberalismo preconiza um “Estado mínimo”, como é comum no discurso militante de esquerda e na mídia hegemônica, repetindo uma tese que vêm com força desde a implementação dos regimes neoliberais nos anos 1980 e, sobretudo, 1990, na América Latina? Como veremos, a relação entre neoliberalismo e Estado constitui tema especialmente polêmico, pois alguns autores argumentam que há entre os neoliberais uma “fobia do Estado”, e que este seria uma empreitada anti-estatal, enquanto outros (e por vezes os mesmos) salientam que o neoliberalismo exige e requer um Estado forte e presente em determinados aspectos e funções. A questão então não é a de saber

simplesmente se se trata de mais ou menos Estado, mas sim qual a relação complexa estabelecida entre neoliberalismo e Estado, o que implica em uma discussão qualitativa sobre a forma do Estado, suas proibições e determinações, bem como sua relação com o mercado e com a economia.

É nessa relação entre Estado e neoliberalismo que se coloca nosso problema principal: será que podemos dizer, utilizando os conceitos advindos da obra de Deleuze e Guattari, que o neoliberalismo se constitui como uma espécie singular de máquina de guerra? A máquina de guerra é uma máquina abstrata (e, em um sentido frouxo, uma máquina social) que é de direito independente em relação aos aparelhos de Estado, que também se constituem como que em outro campo ontológico abstrato. Entretanto, concretamente sempre nos deparamos com mistos entre essas diferentes máquinas abstratas: dessa forma, no encontro entre máquina de guerra e Estado pode acontecer de a máquina de guerra, essencialmente anti-estatal ou contra-estatal, tomar para si um Estado, e o submeter a seus objetivos e objetos de direito não estatais. Através dessa hipótese é possível, inclusive, explicar a confusão no debate sobre a relação entre neoliberalismo e Estado, pois pode-se simultaneamente afirmar que a máquina de guerra neoliberal é abstratamente anti-estatal quanto afirmar que, enquanto misto concreto, ela necessariamente passa pelo Estado e o submete a fins que vão para além e aquém dele. Levantando essa hipótese, se há efetivamente uma máquina de guerra neoliberal que toma o Estado, os fins superiores que essa máquina de guerra submete o Estado são, justamente, os da economia e do mercado, havendo antes articulação complexa entre estes do que aumento quantitativo de um (mercado, economia) e diminuição de outro (Estado).

Nosso artigo começa com uma apresentação preliminar das categorias de Deleuze e Guattari que nos servem de base, bem como sua articulação mútua. São elas as categorias de máquina de guerra e de aparelho de Estado, que podem ter três encontros possíveis entre si: a apropriação da máquina de guerra pelo Estado, a destruição do Estado pela máquina de guerra ou, o caso que nos interessa, a tomada

do Estado pela máquina de guerra, em que ela constrói um Estado para si. Passamos em seguida para uma apresentação da teoria do fascismo e do pós-fascismo como colocada por Deleuze e Guattari (2012a; 2012b), que é fundamentada na possibilidade do terceiro tipo de encontro por nós mencionado. Segundo eles, há fascismo quando uma máquina de guerra destrutiva toma para si um Estado e o submete à sua linha de destruição. Nossa hipótese, entretanto, será a de pensar o neoliberalismo como um encontro desse tipo. Assim também se explicariam as afinidades eletivas (LÖWY, 2011) e as conexões entre as atuais máquinas de guerra neofascistas e neoliberais, bem como do pós-fascismo com a máquina de guerra neoliberal mundial. Basicamente, em nosso argumento estabelecemos dois paralelos: 1) entre máquina de guerra fascista e máquina de guerra neoliberal (e suas respectivas tomadas do Estado); e 2) entre pós-fascismo enquanto constituição de uma máquina de guerra mundial que cerca a Terra e a máquina de guerra neoliberal enquanto construção supra-estatal e global. Toda essa discussão segue uma apresentação prévia, baseada na literatura sobre o neoliberalismo, sobre a relação entre neoliberalismo e Estado, que é condição de colocarmos efetivamente a hipótese da tomada do Estado pela máquina de guerra neoliberal. Por fim, após a discussão sobre as afinidades eletivas entre a máquina de guerra neoliberal e a máquina de guerra neofascista, desenvolvemos o momento em que estas máquinas compartilham uma espécie de suicidarismo de Estado característico do fascismo como conceituado por Deleuze e Guattari.

MÁQUINA DE GUERRA E ESTADO

No *Tratado de Nomadologia*, 12º platô de *Mil Platôs*, onde está a base da teoria da máquina de guerra de Deleuze e Guattari, os autores estabelecem uma série de axiomas para o desenvolvimento de sua “hipótese da máquina de guerra”. O primeiro desses axiomas é “a máquina de guerra é exterior ao aparelho de Estado” (2012b, p. 12. Grifo no original). Os autores intentam estabelecer uma forma de pensar, de agir, de se

relacionar com o espaço, com as ciências e o saber, com o movimento, com o *nomos* (ou a “lei”), que seja exterior e independente, de direito, abstratamente, da forma-Estado. Eles estabelecem uma série de categorias que funcionam em dualidade entre máquina de guerra e aparelho de Estado, como, respectivamente, *nomos* x *logos*/Lei, espaço liso/aberto x espaço estriado/fechado, arma x ferramenta, violência guerreira x violência estrutural/militar, exterioridade x interioridade, metamorfose x conservação, profeta x sacerdote, leveza/celeridade/rapidez x peso/gravidade/lentidão etc. O essencial é que entre máquina de guerra e aparelho de Estado há uma independência de direito, pois *abstratamente* eles se constituem como máquinas autônomas e com um funcionamento e lógica próprios. Como os autores colocam,

Quanto à máquina de guerra em si mesma, parece efetivamente irreduzível ao aparelho de Estado, exterior à sua soberania, anterior a seu direito: ela vem de outra parte. [...] Seria antes como a multiplicidade pura e sem medida, a malta, irrupção do efêmero e potência da metamorfose. [...] Sob todos os aspectos, a máquina de guerra é de uma outra espécie, de uma outra natureza, de uma outra origem que o aparelho de Estado (2012b, p. 12-3).

É importante atentar também que, embora estejamos opondo as duas máquinas, elas não precisam e não devem ser pensadas como se constituindo necessariamente em uma oposição. Eles são independentes, e a própria definição da máquina de guerra salienta isso, visto que ela se dá em exterioridade pura. Essa exterioridade não é apenas uma exterioridade em relação ao Estado, mas uma exterioridade em si, que constitui sua essência. Além disso, as características de cada uma dessas máquinas são correlativas de imagens do pensamento, de concepções do que é o próprio pensar, que são independentes, sendo, basicamente, uma imagem do pensamento nômade (correlata à máquina de guerra) e uma imagem do pensamento estatal (que em outros momentos Deleuze (2006) também chamou de imagem moral ou dogmática do pensamento).

Não basta afirmar que a máquina é exterior ao aparelho, é preciso chegar a pensar a máquina de guerra como sendo ela mesma uma pura forma de exterioridade, ao passo que o aparelho de Estado constitui a forma de interioridade que tomamos habitualmente por modelo, ou segundo a qual temos o hábito de pensar (DELEUZE; GUATTARI, 2012b, p. 15-6).

Entretanto, é só enquanto abstração, mas abstração real, que estas máquinas são independentes, de direito autônomas. No plano concreto elas se constituem sempre em encontro, em uma contingência histórica, geográfica e geo-política, que faz com que uma máquina de guerra destrua um Estado com que ela se depara (Genghis Khan), ou que o Estado se aproprie da máquina de guerra e o transforme em instituição militar ou exército de Estado, transformando o guerreiro em soldado. Nesse sentido, é importante salientar que, em abstrato, os Estados não são equipados com a capacidade de fazer a guerra, a sua violência é de outra natureza, é estrutural, penal, a da polícia e do carcereiro. A instituição militar, enquanto máquina de guerra apropriada, é o que fará a guerra pelo Estado, mas que nunca deixará de lhe criar desconfiança, um “pé atrás” do estadista com o homem de guerra. Outro ponto fundamental, e contra-intuitivo, é que embora Deleuze e Guattari nomeiem a máquina de guerra, “máquina de guerra”, a guerra efetiva, o ato bélico, o derramamento de sangue e o embate guerreiro, não lhe são essenciais. O importante é antes o movimento de tipo nômade e o habitar de um espaço liso, em que há uma desterritorialização, que difere essencialmente do estriamento do espaço efetuado pelo Estado, com suas fronteiras, propriedades e sedentariedade. No argumento dos filósofos franceses (2012b), a máquina de guerra só terá a guerra como objeto e objetivo efetivo no momento em que for capturada pelo Estado e este a colocar a trabalhar para seus fins (a guerra contra outro Estado ou a conquista de máquinas de guerra e sociedades não estatais). A máquina de guerra só toma a guerra como objeto no momento em que ela já é máquina de guerra submetida, tornada instituição militar. É o Estado que faz concretamente da máquina de guerra uma máquina que toma a guerra como seu objeto analítico, enquanto a máquina de guerra enquanto tal mantém com a guerra uma relação sintética (no sentido de Kant): “é ao mesmo tempo que o aparelho de Estado se apropria de uma máquina de guerra, que a máquina de guerra toma a guerra por objeto e que a guerra fica subordinada aos fins do Estado” (DELEUZE; GUATTARI, 2012b, p. 115).

É importante enfatizar: concretamente estas formas abstratas se constituem de forma plural e necessariamente contingente, e é nessa contingência que a guerra enquanto fenômeno em si (batalha, sangue) se dá, e que a potência de metamorfose essencial da máquina de guerra nômade se torna uma potência de destruição:

exatamente quando a máquina de guerra não tem mais por objeto senão a guerra, quando ela substitui assim a mutação pela destruição, é que ela libera a carga mais catastrófica. A mutação não era absolutamente uma transformação da guerra; ao contrário, a guerra é que é como a queda ou a seqüela da mutação, o único objeto que resta à máquina de guerra quando ela perdeu sua potência de mudar (DELEUZE; GUATTARI, 2012a, p. 123).

Como colocam Deleuze e Guattari (2012b) sobre o Estado, a sua interioridade pura é abstrata, visto que nos mistos concretos essa interioridade é colocada a lidar tanto com a forma de exterioridade pura das máquinas de guerra tanto com o exterior na forma de outros aparelhos de Estado que se constituem em interioridade (“relações externas”). Como coloca Sibertin-Blanc, há um “*caráter sempre sobredeterminado da forma-Estado*, que vem dele ser sempre pego em relações de coexistência com *outras formações de poder* que escapam ao desafio de sua forma de interioridade” (2016, p. 40. Grifo no original). Ou ainda, para finalizar essa parte da discussão, segundo Deleuze e Guattari:

Não é em termos de independência, mas de coexistência e de concorrência, *num campo perpétuo de interação*, que é preciso pensar a exterioridade e a interioridade, as máquinas de guerra de metamorfose e os aparelhos identitários de Estado, os bandos e os reinos, as megamáquinas e os impérios (2012b, p. 25. Grifo no original).

É esse “campo perpétuo de interação” entre as diferentes máquinas (e aparelhos) que é importante reter para entender tanto a discussão dos autores sobre o fascismo quanto, sobretudo, a nossa discussão sobre a interação entre máquina de guerra neoliberal e Estado, estabelecendo simultaneamente uma independência de direito e abstrata e uma mistura de fato e concreta.

FASCISMO E PÓS-FASCISMO

A terceira forma de encontro entre máquina de guerra e Estado, a em que a máquina de guerra toma o Estado para si, é fundamental para o entendimento de nossa hipótese da máquina de guerra neoliberal. Deleuze e Guattari, entretanto, concebem essa forma de encontro em sua teoria do fascismo. É importante, reter que, para os autores, em certo sentido, em um sentido primeiro e mais fundamental, *o fascismo não é um fenômeno de Estado*, contrariando a posição comum das teorias do fascismo enquanto totalitarismo, que identificam o fascismo como sendo, essencialmente e em primeiro lugar, um Estado Total de tipo específico. Há dois fatores correlatos da teoria do fascismo que o distanciam de uma posição do tipo estatista: primeiro a já referida tese do fascismo enquanto máquina de guerra; em segundo, há também uma apreciação do fenômeno fascista como molecular e micropolítico, antes (nos dois sentidos da palavra) de ser ligado às segmentaridades duras do molar e da instituição estatal:

o fascismo implica um regime molecular que não se confunde nem com os segmentos molares nem com sua centralização. Sem dúvida, o fascismo inventou o conceito de Estado totalitário, mas não há por que definir o fascismo por uma noção que ele próprio inventa: há Estados totalitários sem fascismo, do tipo estalinista ou do tipo ditadura militar. O conceito de Estado totalitário só vale para uma escala macropolítica, para uma segmentaridade dura e para um modo especial de totalização e centralização. Mas o fascismo é inseparável de focos moleculares, que pululam e saltam de um ponto a outro, em interação, *antes* de ressoarem todos juntos no Estado nacional-socialista (DELEUZE; GUATTARI, 2012a, p. 100. Grifo no original).

A teoria do fascismo de *Mil Platôs*³ o concebe como esse “corpo canceroso” que banha o social de maneira molecular e que, eventualmente, se constitui enquanto máquina de guerra que toma o Estado para si. Uma máquina de guerra nômade se constitui sobre uma linha de metamorfose, mas uma máquina de guerra fascista se dá na transmutação dessa potência de metamorfose em potência de abolição. “Era já essa

³ Há uma diferença entre as teorias do fascismo presentes em *Mil Platôs* e em *O anti-Édipo* (DELEUZE; GUATTARI, 2010).

reversão da linha de fuga em linha de destruição que animava todos os focos moleculares e os fazia interagir numa máquina de guerra, em vez de ressoar num aparelho de Estado” (DELEUZE; GUATTARI, 2012a, p. 125). A máquina de guerra fascista, portanto, toma o Estado e o coloca a trabalhar na direção desse fim destrutivo, e é aqui que a guerra encontra o seu máximo enquanto fluxo de guerra absoluta, o que, no caso do fascismo histórico, o traduz em Guerra Total e Estado Total (SIBERTIN-BLANC, 2016; ALLIEZ; LAZZARATO, 2021). Como Deleuze e Guattari colocam, “quando o fascismo constrói para si um Estado totalitário não é mais no sentido de uma tomada de poder por um exército de Estado⁴, mas, ao contrário, no sentido da apropriação do Estado por uma máquina de guerra” (2012a, p. 123). Nesse sentido, fica evidente que há uma relação entre fascismo e Estado, mas, como o fascismo é entendido como uma máquina de guerra, no nível abstrato há uma independência de direito, e é enquanto mistura concreta que a máquina de guerra fascista se conjuga ao poder de Estado e o submete ao fluxo de guerra absoluta, pura destruição, fazendo o Estado devir Estado Total por meio da Mobilização Total na direção da Guerra Total. Portanto, há não só uma relação necessária entre fascismo e Estado, mas também entre fascismo e totalitarismo, só que essa relação se dá necessariamente no encontro concreto, e mantém a separação de direito, o que nunca deixa de causar atritos, inclusive, entre lógica Estatal, Soberania, Lei, e lógica de guerra, de máquina de guerra, fuga, abolição⁵.

⁴O caso da “tomada do poder por um exército de Estado” é o da ditadura militar, em que uma instituição militar toma o Estado para si. Ele pode ser considerado como uma quarta possibilidade de encontro entre máquina de guerra e Estado. Entretanto, apenas em um sentido relativo, já que, como já mencionamos, aqui não se trata efetivamente de uma máquina de guerra, mas de sua apropriação enquanto instituição militar. (A ditadura militar está mais próxima da conservação de Estado do que da metamorfose-abolição própria da máquina de guerra e da máquina de guerra fascista).

⁵Foucault (2008, p. 152-3), por acaso, também comenta que o essencial do fenômeno nazista não é o Estado, mas o Partido enquanto forma para além e aquém do Estado, que o toma para seus fins. Nesse sentido bastante específico, poderíamos entender o partido fascista como uma máquina de guerra antes do que como uma instituição de Estado.

Essa teoria da tomada do Estado por uma máquina de guerra, que constitui o caso fascista, será fundamental para avançarmos nossa hipótese da máquina de guerra neoliberal. Outro ponto importante para o avanço dessa hipótese, no que concerne à noção de uma máquina de guerra neoliberal *mundial*, é o que Deleuze e Guattari chamarão de pós-fascismo. Tomando as Guerras Totais da primeira metade do século XX como ponto de virada, os franceses afirmam haver ali uma passagem das máquinas de guerra fascistas “locais” que tomam seus Estados a uma máquina de guerra mundial, que está para além destes mesmos Estados e os submete. Essa máquina de guerra mundial nem terá a Guerra Total como objeto, mas realizará o fluxo de destruição e guerra absoluta em uma confusão entre paz e guerra, em uma paz terrífica:

Dir-se-ia que a apropriação revirou-se, ou, antes, que os Estados tendem a afrouxar, a reconstituir uma imensa máquina de guerra da qual já são apenas partes, oponíveis ou apostas. Essa máquina de guerra mundial, que de algum modo ‘torna a sair’ dos Estados, apresenta duas figuras sucessivas: primeiramente, a do fascismo, que converte a guerra num movimento ilimitado cujo único fim é ele mesmo; mas o fascismo não passa de um esboço, e a figura pós-fascista é a de uma máquina de guerra que toma diretamente a paz por objeto, como paz do Terror ou da Sobrevivência. *A máquina de guerra torna a formar de novo um espaço liso que agora pretende controlar, cercar toda a terra.* A própria guerra total é ultrapassada em direção a uma forma de paz ainda mais terrífica. A máquina de guerra se encarregou do fim, da ordem mundial, e os Estados não passam de objetos ou meios apropriados para essa nova máquina (DELEUZE; GUATTARI, 2012b, p. 115. Grifo nosso).

Da mesma forma que a máquina de guerra (nômade) se constitui em um espaço liso, aberto, essa máquina de guerra mundial secretada pelos Estados através da própria tomada destes pelas máquinas de guerra fascistas estabelecerá “ao redor” do globo um espaço liso, e agirá nesse espaço como um fluxo livre de guerra e paz que se confundem, de policiamento e de “guerra de baixa intensidade” (HARDT; NEGRI, 2014) que passa pela “guerra ao terror”, pela “guerra às drogas” e, talvez a que mais nos interessa, pela “guerra à pobreza”.

NEOLIBERALISMO E ESTADO

Passamos agora à discussão direta dos temas que interessam à nossa hipótese central, começando pelo debate sobre a relação complexa e problemática entre neoliberalismo e Estado. Vinda sobretudo dos anos 1990 e do movimento alterglobalização, se tornou senso comum a posição de que o Estado, para os neoliberais, deveria ser um Estado mínimo, enxuto, pequeno. O neoliberalismo apareceria em substituição ao Estado de bem estar social e diminuiria ou anularia a presença do Estado em diversos campos sociais, como a assistência social, a previdência, o direito trabalhista, as barreiras tarifárias, os impostos e taxações, a regulação do mercado etc. Entretanto, ainda que esta forma de colocar as coisas diga algo do movimento efetivo, ela peca por simplificação, pois se o Estado aparentemente se retrai, na verdade há uma requalificação de suas funções e lógicas, havendo re-regulação antes do que simples desregulação. A suposição de que o Estado simplesmente se retrai e automaticamente, diante de seu retraimento, “o mercado” toma seu espaço comete dois erros por simplificação: 1) supõe o mercado como um campo natural que se dá espontaneamente e só pode ser negativamente “barrado” ou regulado pelo Estado; 2) no mesmo movimento, supõe uma oposição simples entre mercado e Estado. Esses dois erros são na verdade concepções do antigo liberalismo do século XIX, do lema do *laissez-faire*, e fazem parte da *doxa* ideológica do “ultraliberalismo”, enquanto ideologia e forma de aparência do neoliberalismo, que Dardot e Laval (2016) salientam a importância de não confundir. O discurso sobre o neoliberalismo herdado dos anos 1990, que o concebe apenas negativamente, repete o que a própria vulgata neoliberal diz sobre si mesmo. Seria interessante, portanto, passar de uma concepção simplesmente negativa do fenômeno neoliberal (“menos regulação”, “menos Estado”) para uma concepção positiva, que intenta desenvolver quais os pontos próprios da normatividade neoliberal, de seu modo de governar e de sua racionalidade, que envolve tanto o macro quanto o micro, e tem na relação com o

Estado ponto singular. Era essa a preocupação de Foucault em seu curso *Nascimento da Biopolítica*, com intuições retomadas, desenvolvidas e problematizadas sobretudo por Dardot e Laval (2016), Brown (2015), Gago (2018) e Laval (2021). Falar em uma concepção “positiva”, vale ressaltar, não tem nada a ver com uma avaliação “moral” do fenômeno, mas com uma apreciação teórica que implica em dizer o que o neoliberalismo é e faz, para além de uma simples oposição negativa a um estágio anterior como é o *welfare state* keynesiano.

Podemos nos aproximar de uma definição positiva do neoliberalismo através da definição dada por Harvey, neomarxista (não foucaultiana)⁶, que tem como pano de fundo geral a tese de que o neoliberalismo é uma retomada de um poder da classe capitalista perdido ou ameaçado por uma crise de acumulação que encontra seu ápice nos anos 1970, vindo dos “trinta gloriosos”:

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados. Além disso, se não existirem mercados (em áreas como a terra, a água, a instrução, o cuidado de saúde, a segurança social ou a poluição ambiental), estes devem ser criados, se necessário pela ação do Estado. Mas o

⁶“A abordagem neomarxista tende a se concentrar nas instituições, políticas, relações e efeitos econômicos, negligenciando os efeitos de longo alcance do neoliberalismo como forma de governar a razão política e a produção de sujeitos. A abordagem foucaultiana enfoca os princípios que orientam, orquestram e relacionam o Estado, a sociedades e os sujeitos, e acima de tudo, o novo registro de valor e valores do neoliberalismo, mas pouco atenta aos novos e espetaculares poderes do capital global que o neoliberalismo anuncia e edifica” (BROWN, 2019, p. 32). Em linhas gerais, poderíamos dizer que a grande tese de Harvey (2014) de que o neoliberalismo, a partir dos anos 1970 e 1980, com Pinochet e Reagan e Thatcher, é uma reestruturação de um poder da classe capitalista, não é de todo inconciliável com as preocupações foucaultianas de um Dardot e Laval (2016) sobre a razão neoliberal e a governamentalidade. Há uma diferença de foco, objeto e método, mas é possível dizer que ambos apontam a fenômenos verdadeiros. Evidentemente, no detalhe (e no que não é tão detalhe assim) essas diferentes abordagens divergem significativamente, inclusive ao demarcar os acontecimentos e datas importantes no desenvolvimento do neoliberalismo. Como Brown coloca, por fim, talvez seja o caso de agregar as diferentes abordagens antes de eleger umas em detrimento de outras.

Estado não deve aventurar-se para além dessas tarefas. As intervenções do Estado nos mercados (uma vez criados) devem ser mantidas num nível mínimo, porque, de acordo com a teoria o Estado possivelmente não possui informações suficientes para entender devidamente os sinais do mercado (preços) e porque poderosos grupos de interesse vão inevitavelmente distorcer e viciar as intervenções do Estado (particularmente nas democracias) em seu próprio benefício (2014, p. 12).

O tema da relação entre Estado e neoliberalismo é polêmico e confuso, e em parte se deve à essa especificidade do tipo de atuação permitida ou proscrita do Estado em relação à economia. Enquanto discurso e pensamento, como demonstram Dardot e Laval (2016) e Foucault (2008), o neoliberalismo é de nascença anti-estatal, sofrendo de uma “fobia do Estado”. Essa “fobia do Estado”, alimentada pelas experiências dos “totalitarismos” e, sobretudo, da experiência nazi-fascista, fez os neoliberais construir um artifício teórico-ideológico em que haveria um *continuum* entre os mais diversos tipos de Estado, retratando um movimento que iria necessariamente das políticas keynesianas (ou de *welfare*) mais básicas até o campo de concentração, ou mesmo de funções básicas do Estado até o limite “totalitário”: “No fundo, o *gulag* e os impostos eram apenas dois elementos de um mesmo *continuum* totalitário”; “a crítica ordoliberal ao nazismo faz deste último o resultado natural e a verdade da economia planificada e dirigida” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 208; 106). Os neoliberais, portanto, colocavam o problema de como construir um Estado que pudesse escapar desse “*continuum* totalitário” por eles temido. Segundo Foucault, esse caminho passa por inverter o modo como a relação entre Estado e mercado era pensado no liberalismo clássico, pois ali o mercado é tomado como uma realidade natural e o Estado deve deixá-lo se desenrolar naturalmente, apenas vigiando o processo. Para os neoliberais, ao contrário, é o Estado que será submetido à norma do mercado, e este seria o meio de limitar seus poderes “totalitários”:

Visto que, de todo modo, o Estado é portador de defeitos intrínsecos e visto que nada prova que a economia de mercado tenha esses defeitos, peçamos a economia de mercado para ser em si mesma, não o princípio de limitação do Estado, mas o princípio interno de regulação do Estado, de ponta a ponta da sua existência e da sua ação. Em outras palavras, em vez de aceitar uma

liberdade de mercado definida pelo Estado e mantida de certo modo sob vigilância estatal - o que era, de certo modo, a fórmula inicial do liberalismo: estabeleçamos um espaço de liberdade econômica, circunscribamos-lo e deixemo-lo ser circunscrito por um Estado que o vigiará -, pois bem, dizem as ordoliberais, é preciso inverter inteiramente a fórmula e adotar a liberdade de mercado como princípio organizador e regulador do Estado, desde o início da sua existência até a última forma das suas intervenções. Em outras palavras, um Estado sob a vigilância do mercado em vez de um mercado sob a vigilância do Estado (FOUCAULT, 2008, p. 158-9).

Ou ainda, como coloca Brown em uma veia foucaultiana:

Os Estados neoliberais, portanto afastam-se dos Estados liberais na medida que se tornam radicalmente econômicos em um triplo sentido: o Estado assegura, avança e sustenta a economia; o objetivo do Estado é facilitar a economia, e a legitimidade do Estado está ligada ao crescimento da economia – como um ator explícito em nome da economia, o Estado também se torna responsável pela economia. Ação do Estado, propósito do Estado e legitimidade do Estado: cada um é economizado pelo neoliberalismo. [...] Em suma, o próprio Estado deve ser economizado (2015, p. 64).

O Estado é submetido à lógica do mercado ao mesmo tempo em que lhe é dada uma função importantíssima de produzi-la ativamente, não apenas vigiá-la. Foucault (2008) argumenta que enquanto no liberalismo clássico (por exemplo, de Adam Smith) se pensava o mercado como uma realidade natural em que se dão as *trocas* econômicas, no neoliberalismo o mercado será pensado como sendo ativa e institucionalmente produzido, e, fundamental, como sendo o espaço da *concorrência*. O Estado, sobretudo através de uma veia institucional e jurídica, tem a função de produzir essa ordem de concorrência econômica, ordem a que ele mesmo está submetido enquanto agente produtor. O neoliberalismo estabelece uma imanentização do Estado na economia. Ele não mais se reduz a uma instância transcendente e vigia, mas a uma instância imbricada no espaço econômico na medida em que este é estabelecido através de normatividade jurídica. Como coloca Verónica Gago, “O neoliberalismo é uma forma avançada e sofisticada de imanentização da transcendência” (2018, p. 17).

Essa função de produção do mercado enquanto instituição de uma ordem de concorrência economiciza o próprio Estado e, na mesma medida, faz com que ele seja o veículo por excelência da economicização de todos os âmbitos sociais. Entretanto,

enquanto ele economiciza tudo, ele está seguindo uma norma extra-estatal, até anti-estatal, que passa pela essência do mercado antes do que pela política, pela Lei ou pela Soberania. O Estado ganha a função de instituir uma ordem que lhe submete. Não é à toa, portanto, a confusão e a dificuldade em conceituar a relação do neoliberalismo com o Estado. Como argumenta Laval, comentando a crítica de Bourdieu ao neoliberalismo,

De fato, o neoliberalismo se apresenta como uma ideologia liberal clássica, isto é, *contra* o Estado. Entretanto, para Bourdieu, o cerne do neoliberalismo não estaria exatamente nisso; residia no papel exercido pela ação pública na extensão da lógica econômica do mercado. A ideologia neoliberal é um estatismo de um gênero muito especial, já que *se apresenta* como uma ideologia anti-Estado, ao mesmo tempo que o próprio Estado se mobiliza e se transforma para universalizar a razão econômica. Na realidade, o neoliberalismo é impensável fora da instituição do Estado, o qual, como detentor do monopólio da violência simbólica, é o único em condição de impor a razão econômica a todos os domínios da sociedade (2020, p. 237-8. Grifo no original).

Como sustenta Brown (2015), esse processo de economicização do Estado e de todos os âmbitos sociais é bastante danoso para a política e, sobretudo, para a democracia, pois esvazia ela de qualquer substância crítica, reduzindo a esfera do conflito político a um mínimo e colocando em seu lugar uma lógica generalizada do empreendedorismo de si e do capital humano, dos quais já falava Foucault (2008). Brown intenta extrair as consequências políticas da neoliberalização, tomando como base as intuições foucaultianas mas levando-as à espaços que o francês não se aventurou:

Na vida política, [...] a neoliberalização transpõe os princípios políticos democráticos de justiça em um idioma econômico, transforma o próprio Estado em um gestor da nação no modelo de uma empresa [...], e esvazia muito da substância da cidadania democrática e até mesmo da soberania popular (2015, p. 35).

Com esse processo de economicização temos uma das bases de solapamento da soberania, ou ao menos da soberania popular enquanto um dos polos possíveis de exercício relativo e limitado do poder nas democracias burguesas. A possibilidade de uma soberania popular é apagada por completo e substituída por uma soberania

abstrata do mercado e da normatividade econômica. O debate em termos de “soberania” não é arbitrário, pois os neoliberais a tomam explicitamente como algo a ser combatido. Se lembrarmos da teoria do poder soberano e da constituição de Carl Schmitt (2006), o soberano é aquele que tem o poder de estabelecer o que é de direito e o que não é, o limite entre direito e não-direito (violência). No dispositivo neoliberal, é como se a constituição do econômico fizesse as vias do soberano, substituindo o soberano político⁷. Nessa direção, comenta Safatle:

submeter-se à pretensa racionalidade das leis da economia exige uma despolitização radical da sociedade, uma recusa violenta de seus questionamentos a respeito da autonomia do próprio discurso econômico em relação aos interesses políticos. Ou seja, tal submissão exige assumir a economia como a figura mesma de um poder soberano, provido de uma violência propriamente soberana (2021, p. 27-8).

Esse esvaziamento do Estado de qualquer substância democrática, a redução da democracia a um procedimento formal jurídico, anda de par com o fato de que, segundo Chamayou, a “‘fobia do Estado’ [dos neoliberais] expressava mais fundamentalmente um grande medo dos movimentos sociais”, pois, na concepção neoliberal, “atrás do burocrata esconde-se, na verdade, o ativista de esquerda, que na realidade é quem mexe os pauzinhos” (2020, p. 256-7). O Estado deve intervir politicamente contra a democracia popular. No mesmo sentido, para Schmitt, e para

⁷Segundo Dardot e Laval, “a política ordoliberal depende inteiramente de uma *decisão constituinte*: trata-se de institucionalizar a economia de mercado na forma de uma ‘constituição econômica’, ela própria parte integrante do direito constitucional positivo do Estado, de maneira a desenvolver a forma de mercado mais completa e mais coerente” (2016, p. 112. Grifo nosso). Chamayou (2020) e Safatle (2021), a propósito, dentre outros, comentam a relação de filiação relativa entre o pensamento hayekiano e a obra de Schmitt. “Não obstante as repetidas reprovações que Hayek dirige a Schmitt, eles ficam muito próximos quando se trata de traçar o quadro dos vícios da democracia parlamentar. O que Hayek pega emprestado das análises de Schmitt está longe de ser superficial. Ora, há quadros conceituais que não podem ser retomados impunemente. Portanto, Schmitt, segundo Hayek, enxergou de forma correta (ele viu que a democracia era totalitarismo crescente), embora tenha caído (como se tropeça acidentalmente em tão bom caminho), como de hábito, do ‘lado errado’. Mas Hayek, que também enxerga corretamente, visto que pôs seus óculos de Schmitt para examinar a questão do governo democrático, de que lado ele cai? Salazar toma o poder em Portugal. Hayek envia-lhe seu projeto de constituição com palavras gentis. Os generais dominam a Argentina, ele vai até lá dar uma sondada. Pinochet derrama sangue no Chile, lá vai ele de novo. Um boicote se lança contra a África do Sul, Hayek pega a pena para defender o regime, e assim por diante” (CHAMAYOU, 2020, p. 347).

Hayek em sua esteira, “O autogoverno privado das relações econômicas não será questionado; ao contrário, será estendido e sacralizado. [...] Schmitt não afirma que o poder de Estado deva intervir administrativamente na ‘economia’, e sim politicamente na luta de classes” (CHAMAYOU, 2020, p. 340-1). Essa distinção, inclusive, ajuda a esclarecer de quais elementos os neoliberais têm medo e em que sentido é possível dizer que eles seriam anti-Estado: eles são contra um dos polos possíveis dos tipos de Estado capitalistas colocados por Deleuze e Guattari (2012b). Segundo os autores, há no capitalismo duas tendências no que concerne à adição ou à subtração de axiomas sociais no funcionamento da axiomática capitalista: a tendência chamada “social-democrata” é a de aumentar os axiomas (axiomas para os jovens, os velhos, as mulheres, à classe trabalhadora, o emprego, os sindicatos, o papel do Estado etc.) Colocando em termos bastante diretos, o aumento de axiomas é o tratar “desiguais enquanto desiguais”, para além do formalismo jurídico de mercado que iguala a todos enquanto *homo economicus* e, no mundo dominado pela razão neoliberal, como empreendedores de si proprietários de certo capital humano. A outra tendência da axiomática, a de diminuir axiomas, é chamada “totalitária”:

Acomoda-se a um número muito pequeno de axiomas que regulam os fluxos dominantes, sendo que os outros fluxos recebem um estatuto derivado, de consequência [...], ou são deixados num estado selvagem, que não exclui a intervenção brutal do poder de Estado, ao contrário até. [...] O Estado totalitário não é um máximo de Estado, mas antes, segundo a fórmula de Virilio, o Estado mínimo do anarco-capitalismo (cf. Chile) (DELEUZE; GUATTARI, 2012b, p. 175-6. Primeiro grifo nosso, segundo no original).

Deleuze e Guattari não chegam a nomear explicitamente esta tendência de “neoliberalismo”, mas remetem ao Chile de Pinochet (os autores estão escrevendo em 1980), o lugar considerado por muitos (cf. HARVEY, 2014) como o berço do neoliberalismo, já de imediato em uma forma autoritária e sanguinária. Além disso, chegam a utilizar a fórmula “Estado mínimo”, o que nos esclarece o sentido específico que essa expressão pode ter, o da diminuição dos axiomas a um mínimo totalitário, em que a ordem econômica de mercado, somada à “intervenção brutal do Estado”

(Estado punitivo, militarização urbana etc.), retira direitos e torna todos “iguais” perante a lógica generalizada e desigual da concorrência. Essa crítica da adição de axiomas, ainda que não nesses termos, é explícita no discurso dos teóricos neoliberais, como sugerem Dardot e Laval:

há medidas que a regra do Estado de direito exclui por princípio. Trata-se de todas aquelas cuja execução implica uma discriminação arbitrária entre as pessoas, porque visam à obtenção de resultados particulares para pessoas particulares, em vez de se ater à aplicação das regras gerais válidas indistinta e uniformemente para todas as pessoas. [...] Pelas mesmas razões de fundo, exclui-se qualquer intervenção do governo para reduzir as inevitáveis diferenças de situação material que resultam do jogo de catalaxia. Portanto, a busca de objetivos relacionados a uma distribuição justa de renda (o que é designado em geral pelos termos ‘justiça social’ ou ‘justiça distributiva’) está em contradição formal com a regra do Estado de direito (2016, p. 179-80).

MÁQUINA DE GUERRA NEOLIBERAL

Agora passamos ao argumento de por que o neoliberalismo seria uma máquina de guerra. O grosso de nosso argumento já foi exposto ao debater a relação complexa entre Estado e neoliberalismo, visto que o Estado é submetido por ele à regulação do mercado, invertendo a ordem das coisas no liberalismo clássico. Nesse sentido, bem como o fascismo histórico foi um tipo de revolução em sua relação com a tomada do Estado, podemos falar no neoliberalismo como se constituindo através de uma “revolução furtiva” (BROWN, 2015) ou, como atenta Chamayou, por uma “estratégia do neoliberalismo como poder ‘destituinte’”: “Destronar a política pela sacralização constitucional da economia. Paradoxo de uma destituição constitucional ou de uma constitucionalização destituente” (CHAMAYOU, 2020, p. 351-2). Além disso, segundo Bourdieu no comentário de Laval, o neoliberalismo é uma *revolução conservadora* (não por acaso o mesmo conceito utilizado para falar do fascismo): “Uma revolução conservadora não é apenas uma ‘contrarrevolução’, não é somente uma reação defensiva ou uma restauração; ela é fundamentalmente uma *ação subversiva*” (2020, p. 249. Grifo no original). Assim, como atenta Chamayou, o neoliberalismo é também um

“*discurso de reação* – no duplo sentido de *reativo* (formulado contra, em oposição ao que ele não é) e de *reacionário* (que visa conservar ou restaurar uma ordem dominante ameaçada pela mudança)” (2020, p. 131. Grifo no original).

O que é destituído nesse golpe, nessa revolução, nessa tomada do Estado por forças que não seguem a lógica da soberania estatal, é qualquer forma de soberania política, de “autonomia” da instância política, e, no mesmo golpe, qualquer forma possível de democracia mais radical, popular, ou substancial. A máquina de guerra neoliberal, além disso, se constitui, da mesma forma que o fascismo, por uma tomada, transformação e, em certo sentido, destruição do Estado *por dentro*. Como coloca Laval, comentando Bourdieu, com o movimento do neoliberalismo temos “uma política deliberada e voluntária de parte dos mais altos ‘servidores do Estado’ e dos responsáveis políticos que escolheram instauram mercados em domínios que, até então, escapavam à sua lógica, como a saúde ou a educação” (2020, p. 240). E:

O Estado não é desfeito ou desmantelado externamente, sob a ofensiva do capitalismo financeiro globalizado; ele é desconstruído e reconstruído a partir *do interior* pelos agentes superiores do Estado, tendo interiorizado a ideia segundo a qual algumas formas de intervenção estatal eram necessariamente totalitárias ou sistematicamente ineficazes (LAVAL, 2020, p. 244-5. Grifo no original).

O neoliberalismo é “tocado” pela “alta função pública”, funcionários superiores do Estado, membros do governo, ministros, gabinetes, que tem no Tribunal de Contas sua representação última, e disparam contra o que a “baixa função pública” faz e representa (e “custa” ao orçamento público), como funcionários da saúde ou da educação públicas (LAVAL, 2020, p. 242-5). É válido mencionar, como salienta Chamayou (2020), que essa revolução efetuada pela máquina de guerra neoliberal não concerne apenas ao Estado, mas a gestão de modo geral, homogeneizando as formas de gestão pública e privadas - a “governança” atravessa a fronteira entre público e privado, mas submetendo ambos à mesma lógica do gerenciamento, do lucro e do custo/benefício, que substitui a lógica dos direitos. Nesse sentido,

Exatamente do mesmo modo como a gestão privada visa a fazer com que os assalariados trabalhem o máximo possível por meio de um sistema de incentivos, a 'governança de Estado' visa oficialmente a fazer com que entidades privadas produzam bens e serviços de forma supostamente mais eficiente e outorga ao setor privado a capacidade de produzir *normas de autorregulação* no lugar da *lei* (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 278. Grifo no original).

Assim, introduzimos outro ponto essencial para a colocação da hipótese de que o neoliberalismo é um tipo de máquina de guerra. Como comentamos *en passant* na primeira seção de nosso texto, um dos pontos de oposição entre máquina de guerra e aparelho de Estado é o "direito", pois na máquina de guerra nômade impera o que Deleuze Guattari chamam de *nomos*, uma "lei" imanente e própria das máquinas de guerra, "lei do *nomos*, que regula uma variação contínua da atividade, com seu próprio rigor, sua própria crueldade" (2012b, p. 215) e que, diante da Lei de Estado, pode *parecer* anárquica. A máquina de guerra se opõe veementemente às Leis do Estado, à Lei escrita, estanque e transcendente.

Dardot e Laval (2016, p. 164-71) mostram como, para Hayek, é fundamental a lei, constituindo uma *nomocracia*, mas o austríaco resgata a distinção grega entre *nomos*, reservado, em sua interpretação, às leis enquanto regra de conduta, próprias do direito privado e do direito penal, e a *thesis*, leis no sentido do direito público e organizacional, que definem a organização do Estado. Segundo Hayek, e isso é capital, a ordem espontânea de mercado se dá através das primeiras, das leis (*nomos*) do direito privado, normas de conduta, que são consideradas uma ordem espontânea, em contraposição às leis do direito público, que são artificiais, construídas. Esse ponto é essencial na apreciação positiva que os neoliberais fazem do direito de tipo *common law*, ou "lei não escrita", o que revela mais uma vez uma afinidade entre o neoliberalismo e a máquina de guerra, sendo que estes se constituem por uma lei imanente (um *nomos*) diferente daquele da Lei de Estado, transcendente, escrita (ver também CHAMAYOU, 2020, p. 111). Para o neoliberalismo, "A lei não basta, são necessários também os costumes" (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 123. Grifo nosso). Tanto o

direito privado, do tipo *common law*, quanto o mercado que sobre ele se constrói, são avessos à lei de Estado, o que explica o lugar comum do discurso sobre o neoliberalismo que afirma ele ser contra as “regulamentações”.

O NEOLIBERALISMO COMO MÁQUINA DE GUERRA MUNDIAL

Quando falamos, previamente, da relação entre neoliberalismo e Estado, bem como da tomada deste pela máquina de guerra neoliberal, tomamos um “caminho local”, que ia da máquina de guerra neoliberal ao Estado. Esse movimento argumentativo pode ser entendido como que em paralelo ao movimento da tomada do Estado pela máquina de guerra fascista, como teorizado por Deleuze e Guattari. Entretanto, há um segundo movimento, que passa dos Estados tomados pela máquina de guerra neoliberal a algo como uma máquina de guerra neoliberal global. Este segundo movimento pode ser dito em paralelo ao movimento que constitui a máquina de guerra mundial do pós-fascismo e da paz terrífica, que engloba a Terra em um espaço liso aberto tanto para os fluxos de guerra, que se imiscuem com os de “paz”, quanto para os fluxos de moeda, capital e mercadoria - fluxos econômicos que, como argumentam Alliez e Lazzarato (2021), constituem contemporaneamente uma modalidade da guerra. Os próprios Deleuze e Guattari já atentavam como a constituição dessa máquina de guerra mundial envolvia tanto aspectos “bélicos” quanto aspectos econômicos, tanto fluxos de guerra quanto fluxos de capital em suas diferentes formas. Essa máquina de guerra mundial, econômica e bélica ao mesmo tempo e, como veremos, em um mesmo sentido, cria um espaço liso secretado pelos próprios Estados e que os submete.

O argumento de que o neoliberalismo se constitui, desde o início, como uma empreitada global e globalizante é o tema central do livro de Quinn Slobodian, intitulado, justamente, *Globalistas* (2021). Com o argumento de Slobodian temos mais uma determinação do tipo específico de relação com o Estado estabelecida pelos

neoliberais, do tipo de “fobia do Estado” que pode-se falar haver entre eles: “é errado enxergar os neoliberais como críticos do Estado em si, o correto é vê-los como céticos perenes do Estado-nação” (2021, p. 29). Nesse sentido, a crítica da soberania, que já tematizamos como sendo um problema interno aos Estados e à relação local entre máquina de guerra e Estado neoliberais, se repete em um contexto de exterioridade, que vai dos Estados à máquina de guerra global e à está enquanto forma de exterioridade pura. Há dois sentidos em que a Lei de Estado é avessa ao projeto neoliberal, um sentido em que à Lei são opostos e sobrepostos os costumes e a *common law*, que já vimos, e um sentido em que a Lei de Estado deve ser negada diante da lei geral da concorrência econômica global intercapitais. Segundo Slobodian, os neoliberais

eram críticos ferrenhos da soberania nacional, acreditando que depois do império, as nações deveriam permanecer inseridas em uma ordem institucional internacional que salvaguardasse o capital e protegesse seu direito de se movimentar pelo mundo. O pecado capital do século XX foi a crença na independência nacional irrestrita e a ordem mundial neoliberal exigia isonomia aplicável - ou ‘a mesma lei’, como Hayek a chamaria mais tarde - contra a ilusão de autonomia, ou a ‘lei própria’ (2021, p. 23).

Na mesma direção, o historiador também comenta que “Era preciso haver um respeito pela propriedade privada que superasse a lei nacional. O investimento deve ser capaz de ir e vir através das fronteiras sem medo de obstáculos ou expropriação” (2021, p. 43). Paradoxalmente, esta produção de uma lei global supraestatal que desse ao capital mundial o espaço liso por ele requerido, focalizava o Estado como ente privilegiado de realização local e, por consequência, global, dessa “isonomia”⁸. Era necessário um Estado forte para aniquilar qualquer tipo de barreira, bloqueio ou

⁸“os Estados tenderam, com o neoliberalismo, a se despojar de todos os meios de intervenção, arbitragem e regulação que tinham acumulado, participando, sob a influência das grandes empresas das economias dominantes - sempre atentas apenas a seus interesses -, da criação de um campo econômico mundial em que circulam livremente os capitais. [...] A potência do neoliberalismo, em escala mundial, não pode ser explicada senão pelo poder material e simbólico dos Estados nacionais e dos meta-Estados, estes últimos, organizações internacionais, todos aliados entre si pela e para a causa da ‘globalização’, que provoca, de modo preciso, uma diminuição dos meios de ação desses mesmos Estados nacionais” (LAVAL, 2020, p. 239).

tratamento desigual ao livre fluxo de capitais, moeda ou mercadoria. Segundo Slobodian, essa tarefa se traduziu diretamente em uma luta ferrenha contra o poder do trabalho e dos sindicatos, bem como pela circulação e determinação dos preços para além das fronteiras territoriais:

Um desafio para as instituições era restaurar o livre comércio; o outro era o obstáculo doméstico dos sindicatos. [...] Os liberais perceberam as barreiras tarifárias e as demandas salariais dos trabalhadores como dois tipos de barricadas no mercado. Alcançar o ideal liberal exigia um Estado que pudesse eliminar obstáculos ao comércio e ao ajuste de salários (2021, p. 44).

Assim, fica claro como a constituição da máquina de guerra neoliberal mundial e a tomada local dos Estados por máquinas de guerra neoliberais são dois movimentos simultâneos e co-constituintes, havendo conexão imediata entre os aspectos locais e globais.

Como demonstra Slobodian (2021, cap. 1) os neoliberais concebiam as “barreiras tarifárias” como “muros” que, com diferentes alturas, separavam os diferentes países, e que dificultavam a passagem de capital e mercadorias. Eles buscavam, então, a derrubada desses muros e a construção de um “mundo plano” (2021, p. 53). É impossível não lembrar da definição do espaço próprio da máquina de guerra dada por Deleuze e Guattari, a de “espaço liso”, bem como a construção, pela máquina de guerra mundial, de um espaço liso global próprio ao regime capitalista avançado. Entretanto, este espaço liso criado pela máquina de guerra neoliberal mundial é concebido como um espaço para as movimentações do capital, não das pessoas: “os trabalhadores não precisavam se deslocar além das fronteiras nacionais, desde que os preços pudessem. [...] Os muros entre as nações deveriam cair pelos bens, mas não pelas pessoas⁹” (SLOBODIAN, 2021, p. 63). O fato de que os neoliberais defendiam (e defendem) explicitamente que deveria haver livre circulação mundial de capital e mercadorias mas restrição ao movimento das pessoas não deve causar

⁹Conferir, nesse sentido, a crítica ordoliberal ao “desenraizamento” e ao “nomadismo” frutos da proletarização, que deveriam ser combatidos com o estabelecimento arcaizante de propriedades familiares locais (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 127).

estranhamento se lembrarmos do argumento de Deleuze e Guattari em *O anti-Édipo* (2010) de que com a máquina capitalista é o Capital que encarna os movimentos de filiação e aliança, ou seja, é o capital o sujeito efetivo dos movimentos e das relações da reprodução social, e as pessoas e a reprodução humana importam apenas secundariamente, enquanto funções do capital - basicamente, como capitalista ou proletário. O “sujeito” da máquina de guerra neoliberal mundial, que ocupa e faz o espaço liso por ela criado, é explicitamente o capital, e as pessoas são seus apêndices, encarnação do capital enquanto “capital variável” (MARX, 2013).

Com a passagem, a partir dos anos 1970, ao regime de financeirização global (parte essencial do conceito de neoliberalismo), a máquina de guerra neoliberal mundial se fortalece, aumentando, assim, ainda mais o sentido em que ela é um governo do Capital. O capital financeiro global, enquanto vetor mais poderoso e desterritorializado do capitalismo contemporâneo, é o que se torna o verdadeiro ocupante do espaço liso mundial, e é a ele que se reserva a liberdade de movimento. É nesse movimento que a “governança”, o “governo do capital”¹⁰, substitui a soberania estatal:

as noções de ‘governança’ e ‘soberania’ são, em parte, antinômicas. A governança pressupõe, antes de mais nada, obediência às injunções dos organismos que representam os grandes interesses comerciais e financeiros; ela também permite, em função das relações de força internacionais e dos interesses geoestratégicos, o direito de ingerência de ONGs, forças armadas estrangeiras ou credores, em nome dos direitos humanos ou das minorias, ou então, de forma mais prosaica, da ‘liberdade de mercado’ (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 276).

Chegamos assim a um ponto fundamental de nosso argumento: enquanto antes falávamos sobretudo em termos de um argumento em paralelo sobre a constituição da máquina de guerra mundial bélica (pós-fascismo) e da constituição da máquina de guerra neoliberal (econômica), agora trata-se de afirmar que se trata, no final das contas, de uma mesma e única máquina de guerra mundial. Enquanto a preocupação

¹⁰ “O que Marx designava por ‘governo do capital’, a novilíngua contemporânea começou a chamar de ‘governança’” (CHAMAYOU, 2020, p. 109).

de Deleuze e Guattari se dava sobretudo com um fluxo de guerra, com a constituição do neoliberalismo global, se trata antes dos fluxos econômicos. Entretanto, como salientam Alliez e Lazzarato, “A reversibilidade entre guerra e economia está no fundamento do capitalismo” (2021, p. 13). Os autores de *Guerras e capital*, desse modo, parafraseiam e invertem a fórmula clássica do General Clausewitz (“A guerra é a continuação da política por outros meios”), afirmando que “a economia não substitui a guerra, apenas a prolonga por outros meios” (2021, p. 15). Há mais do que afinidade entre guerra e economia, pois, como argumentam Alliez e Lazzarato, a “economia”, e o “ajuste estrutural” é um ótimo exemplo disso¹¹, é um meio de lançar guerra às populações, mas uma guerra transfigurada na axiomática, na redução da axiomática própria do neoliberalismo. Como os autores colocam,

Com o advento do neoliberalismo [o] processo de captura da máquina de guerra e do Estado se realizou plenamente na axiomática do Capitalismo Mundial Integrado (CMI). [...] o CMI é a axiomática da máquina de guerra do Capital, que submeteu a desterritorialização militar do Estado a uma desterritorialização superior do Capital. A máquina de produção tornou-se indistinguível da máquina de guerra, na qual se integram o civil e o militar, a paz e a guerra, num processo único de um *continuum* de poder isomorfo para todas as formas de valor (2021, p. 20).

Há uma complementaridade entre a redução de axiomas próprias do polo neoliberal e o fluxo da máquina de guerra mundial, que faz com que a população, diferencialmente segmentada, seja alvo simultâneo da redução de axiomas e do fluxo de destruição: “a axiomática capitalista não para de produzir e reproduzir o que sua máquina de guerra tenta exterminar” (DELEUZE; GUATTARI, 2012b, p. 188).

Estabelece-se, assim, o elo entre o neoliberalismo enquanto máquina de guerra, global e local, e o advento contemporâneo do que chamamos de máquinas de guerra

¹¹ Como nos lembra Paulo Arantes (2007), o famoso “ajuste estrutural”, aplicado à mão de ferro pelas instituições financeiras supranacionais (Banco Mundial, FMI) sobretudo a países do terceiro mundo, que lhes obrigava a cortar gastos sociais, efetuar privatizações e “flexibilizar” a economia, foi uma criação do presidente do Banco Mundial, Robert McNamara, que antes havia sido Secretário de Defesa do governo estadunidense durante a Guerra do Vietnã.

neofascistas, que estabelecem guerra de diversos modos, de maneira mais ou menos explícita, às populações pobres e marginalizadas, em suma, minoritárias¹². O neoliberalismo enquanto norma da concorrência global e geral só pode ser estabelecido, como atenta Lazzarato (2019), com as populações sendo transformadas de “inimigos” em “governados”, e essa transformação só acontece através de fluxos de guerra-economia, ou de “economia como arma de guerra”. Como sintetiza Laval,

as novas normas antidemocráticas, autoritárias, nacionalistas, religiosas da dominação neoliberal nos obrigam a lembrar que, em todas as sociedades, mesmo sob diferentes formas e em ritmos variados, nunca cessou de se desenrolar uma *guerra mundial*, aberta ou latente, declarada ou não, contra todas as forças organizadas, todas as instituições, todas as subjetividades que não obedeciam ao modelo da empresa e à norma da concorrência (2020, p. 286. Grifo no original).

Assim, há uma linha direta que vai da máquina de guerra neoliberal que tomou os Estados e constitui uma máquina de guerra neoliberal mundial e as máquinas de guerra neofascistas, pois,

as estratégias neoliberais aspiram a tratar as populações integradas como populações excedentes relativas e a destruir as instituições sociais, segundo o delírio de sempre lidar apenas com o capital e a promulgação desse delírio na eliminação do que não é codificável em ‘capital humano’ (SIBERTIN-BLANC, 2016, p. 251).

Por fim, vale mencionar, o crescimento do punitivismo¹³, tanto enquanto ideologia quanto enquanto prática, com a tomada do mundo pelo neoliberalismo, portanto, não é incidental.

¹² “A assustadora novidade trazida pela sequência de acontecimentos inaugurada pela ‘crise’ financeira de 2008 é exemplificada não apenas pela intensificação da governamentalidade das guerras no seio da população (as ‘políticas de austeridade’), mas, igualmente, pelas relações que a máquina de guerra do Capital será levada a instituir com a expansão das máquinas de guerra pós-fascistas” (ALLIEZ; LAZZARATO, 2021, p. 399). Reservamos, entretanto, o adjetivo “pós-fascista” à máquina de guerra mundial que institui a paz terrífica, e o termo “neofascista” para falar das máquinas de guerra locais que tomam os Estados, como o bolsonarismo, o trumpismo, o orbanismo etc.

¹³É Interessante notar como no caso brasileiro, com o bolsonarismo, mas não apenas, pode-se dizer que o punitivismo cumpre o papel ideológico e libidinal que a xenofobia cumpre nos países do norte (Europa e EUA), como um vetor fácil do descarrego de energias libidinais negativas e da identificação de um inimigo qualquer enquanto causa das mazelas sociais (não implicamos, com isso, que não haja punitivismo no norte ou xenofobia no Brasil, apenas que há uma clara diferença de acento).

À medida que a regulação social da pobreza pelos métodos do *welfare* recuou, desenvolveu-se uma gestão penal das zonas inferiores e marginais da sociedade. O *workfare* normalizador se consolidou paralelamente ao *prisonfare* disciplinar. [...] [O que mais se desenvolveu foi] um tratamento policial e carcerário massivo da população economicamente excedente e socialmente perigosa (LAVAL, 2020, p. 141).

MÁQUINA DE GUERRA NEOFASCISTA E MÁQUINA DE GUERRA NEOLIBERAL: AFINIDADES ELETIVAS

Ao falarmos sobre as máquinas de guerra neofascistas, cujos exemplos maiores são o bolsonarismo e o trumpismo, para ficarmos apenas com os casos maiores e que chegaram ao poder de Estado, devemos enfrentar a questão de se estas máquinas ainda poderiam ser chamadas de neoliberais, ou se já constituiriam outra coisa. Como viemos apontando, nos parece que, mesmo se há uma diferença entre o neoliberalismo como teorizado por Friedman ou pelos ordoliberais alemães e o neoliberalismo como se apresenta sob a dominação das máquinas neofascistas, acreditamos haver tanto uma linha de causação entre uma e outra quanto um sistema de afinidades eletivas (LÖWY, 2011) entre elas.

Como argumenta Laval (2020, p. 284-5), o fato de a racionalidade concorrencial que constitui o núcleo do neoliberalismo se imiscuir com diferentes contextos e conjunturas políticas, nacionais, culturais, religiosas, econômicas etc. nos diferentes locais faz com que surjam diferentes tipos de neoliberalismo, que inclusive podem se confrontar em alguns pontos ou terrenos. Entretanto, “longe de significar o ‘fim do neoliberalismo’, essa pluralização assinalaria, antes, sua hegemonia” (2020, p. 285). Nesse sentido, as máquinas neofascistas são subtipos de neoliberalismo (o que não quer dizer que todo neoliberalismo seja neofascista, mesmo se essa tendência lhe seja imanente). É nesse sentido que Brown (2019) propõe falar em um “neoliberalismo realmente existente”, que difere dos sonhos dos teóricos neoliberais, ainda que decorra em parte do que estes preconizavam¹⁴. Falar em uma linha direta de passagem entre

¹⁴ No mesmo sentido, Chamayou (2020, p. 25) fala em “neoliberalismo híbrido”.

neoliberalismo e neofascismo não implica em anular a diferença entre ambos, ou a igualá-los sempre e em qualquer situação. Mas, como atentam Dardot e Laval, “não devemos ignorar as mutações subjetivas provocadas pelo neoliberalismo que operam no sentido do egoísmo social, da negação da solidariedade e da redistribuição e que podem desembocar em movimentos reacionários ou até mesmo neofascistas” (2016, p. 9).

Há duas características principais do neofascismo que o diferenciam do fascismo histórico e, no mesmo movimento, o aproximam do neoliberalismo. A primeira consiste na forma de realizar o fluxo de guerra: “se o fascismo histórico era uma continuação da guerra total, o novo fascismo é antes caracterizado por modalidades da guerra no interior das populações” (LAZZARATO, 2019, p. 71). Como vimos, nesse fluxo há reversibilidade entre guerra e economia, com o ajuste estrutural, as políticas de austeridade e o endividamento público e privado sendo tornados armas de guerra e de governança contra os inimigos/governados. A segunda diferença é que o neofascismo é explicitamente (neo)liberal, enquanto o fascismo histórico se apresentava como socialista: “O fascismo contemporâneo é uma mutação do fascismo histórico no sentido de que é mais nacional-liberal que nacional-socialista” (LAZZARATO, 2019, p. 38). O neofascismo se constitui sobre um individualismo possessivo e generalizado, enquanto o histórico tomava o individualismo como uma mazela da sociedade burguesa que deveria ser combatida pelo coletivismo nazi-fascista.

O ponto que o neofascismo e o fascismo histórico compartilham fortemente é a sua cultura antidemocrática e seu correlato conservadorismo social, que envolvem tanto micro quanto macrofascismos. Fundamental é atentar como ambas as características tem o terreno preparado pela máquina de guerra neoliberal: “O ataque neoliberal ao social [...] é fundamental para gerar uma *cultura antidemocrática desde baixo*, ao mesmo tempo em que constrói e legitima *formas antidemocráticas de poder estatal desde cima*” (BROWN, 2019, p. 39. Grifo no original). Como atenta Brown (2019),

e como já mencionado em nossa discussão sobre a Lei, há um conservadorismo social imanente ao discurso neoliberal, demonstrado de maneira excepcional pela obra tardia de Hayek, que afirma um evolucionismo darwinista moral e prega a preservação dos valores sociais tradicionais e familiares, que seriam, conjuntamente com as normas de mercado, ordens espontâneas que devem ser preservadas. Há assim um molecular “deslocamento da soberania do Estado para princípios do mercado e moralidade” (2019, p. 101), e esse império dos costumes e da concorrência entre unidades individuais e familiares¹⁵, enquanto base do neoliberalismo, é também a base do neoconservadorismo das novas direitas ou da “*alt right*”, simultaneamente neoliberais e neofascistas. “Neoconservadorismo”, assim, pode ser entendido como

uma maneira de integrar em um *corpus* doutrinal relativamente unificado a construção dos mercados e o fortalecimento do controle social por meio de moralização e repressão crescentes das populações. Os governos neoconservadores ‘compensam’ os efeitos socialmente desestruturantes do neoliberalismo com o recurso a uma teoria racista e identitária e aos métodos políticos autoritários, policiais e repressivos (LAVAL, 2020, p. 249).

Com o neoconservadorismo retomamos à questão da axiomática de “Estado mínimo”, pois todos que estiverem sob axiomas adicionais, do polo “social-democrata”, estão fora do jogo espontâneo da tradição e do mercado. Assim, “Uma das constantes da retórica da nova direita consistiu em mobilizar a opinião pública contra os “desperdícios”, os “abusos” e os ‘privilégios’ de todos os parasitas que povoam a burocracia e vivem à custa da população honesta e trabalhadora” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 290). O “privilegiado”, nesse sentido, é todo aquele sujeito minoritário para o qual há alguma lei específica, algum axioma social, que o protege relativamente do livre jogo das “ordens espontâneas”: por exemplo, a proteção social para os pobres ou mesmo os direitos trabalhistas, mais ainda: a estabilidade dos

¹⁵ Lembremos que a famosa frase de Thatcher não falava apenas que “não há sociedade, apenas indivíduos”, mas falava também em “*famílias*”: “who is society? There is no such thing! There are individual men and women and there are families”. Ver: <https://newlearningonline.com/new-learning/chapter-4/margaret-thatcher-theres-no-such-thing-as-society>. Acesso em jul. 2022.

funcionários públicos; ou os negros e as leis antirracistas, as mulheres e as leis contra a violência de gênero e o feminicídio¹⁶.

É através desse movimento que temos um inchaço da noção de liberdade como o único direito fundamental, ao mesmo tempo em que ela é esvaziada de qualquer substância positiva - para os neoliberais, bem como para os neofascistas, a liberdade é definida de maneira puramente negativa, como ausência de coerção externa. A igualdade, da mesma maneira, tem de ser esvaziada de qualquer conteúdo ou substância, e é tornada formalidade, pois havendo ela alguma substância isso poderia limitar a liberdade negativa: se o Estado me obriga a empregar deficientes ou a pagar um salário mínimo, em uma prerrogativa de igualdade substancial, está agindo coercitivamente sobre minha liberdade de contratar quem eu quiser ou de pagar o quanto eu quiser. A liberdade se torna uma potência destrutiva, como atenta Brown:

Por um lado, a deslegitimação das preocupações com a igualdade, exceto a igualdade legal formal, e das preocupações com o poder, exceto a coerção explícita, forneceu esse novo significado e prática da liberdade sob o manto exclusivo do direito. Essa liberdade não supera simplesmente outros princípios políticos; ela é tudo que existe. Por outro lado, a liberdade, arrancada do social, não se torna apenas ilimitada, mas exercida legitimamente sem preocupação com o contexto ou as consequências sociais, sem restrição, civilidade ou cuidado com a sociedade como um todo ou com os indivíduos dentro dela. [...] Liberdade sem sociedade é puro instrumento de poder, despida de preocupação com os outros, o mundo ou o futuro (2019, p. 54-5; 57-8).

Essa liberdade como valor último, concebida negativamente, é correlata de uma injunção positiva própria tanto da governamentalidade neoliberal quanto da subjetividade empreendedora. Há uma dimensão positiva, normativa e produtiva, da liberdade neoliberal, no sentido em que a liberdade é a liberdade de empreender, de empreender nos diversos âmbitos da vida, todos eles economicizados pela lógica empreendedora do capital humano, na analogia com o capital industrial, e do

¹⁶ Não é coincidência que o discurso neofascista, diante de um feminicídio ou de um assassinato por racismo, rapidamente declara ser apenas um homicídio, afinal “somos todos humanos” - ou seja, somos todos empreendedores de si formalmente iguais e portadores de determinado capital humano sujeitos à fatalidade pura da concorrência, além da realidade brutal das tradições morais.

investimento em si, por si e pelos outros, na analogia com o capital financeiro (BROWN, 2015, p. 32-3). A liberdade é negativa no sentido de que é definida pela ausência de coerção externa, mas é positiva na medida em que é injunção normativa de comportamento interno. Como colocam Dardot e Laval,

Trata-se agora de governar um ser cuja subjetividade deve estar inteiramente envolvida na atividade que se exige que ele cumpra. Para isso, deve-se reconhecer nele a parte irredutível do desejo que o constitui. [...] O sujeito unitário é o sujeito do *envolvimento total de si mesmo*. A vontade de realização pessoal, o projeto que se quer levar a cabo, a motivação que anima o 'colaborador' da empresa, enfim, o *desejo* com todos os nomes que se queira dar a ele é o alvo do novo poder. O ser desejante não é apenas o ponto de aplicação desse poder; ele é o substituto dos dispositivos de direção das condutas (2016, p. 327. Primeiro grifo nosso, segundo no original).

A injunção a empreender, que os autores caracterizam como um "*envolvimento total de si mesmo*", funciona como uma espécie de transmutação da mobilização total do fascismo histórico em uma mobilização total de tipo novo (ARANTES, 2014); há passagem de uma mobilização total de massas de trabalhadores a uma mobilização total fragmentada de indivíduos empreendedores¹⁷. O essencial dessa mobilização total, como comenta Arantes, é o trabalho como seu vetor. O trabalho, conceituado para (muito) além do trabalho formal ou do emprego, ou seja, entendido como empreendedorismo de si¹⁸, é tomado como a instância por excelência de realização da liberdade e como condição da governamentalidade neoliberal. O trabalho, ou o empreendedorismo, é o veículo da concorrência e o critério de diferenciação social

¹⁷Como coloca Rodrigo Nunes, "a onda de extrema direita que surpreendeu a muitos em 2018 deve ser entendida também como um grande movimento empreendedorístico. Esse é, por sinal, um dos pontos em que fenômenos como Bolsonaro e Trump mais se distinguem dos movimentos fascistas históricos do período entreguerras. Enquanto aqueles contavam com organizações de massa altamente disciplinadas, concebidas à imagem de um exército paralelo, seus epígonos contemporâneos se assemelham mais a um enxame de empreendedores desbravando um nicho de mercado". Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/pequenos-fascismos-grandes-negocios/>. Acesso em: julho de 2022.

¹⁸ É válido mencionar que, segundo Deleuze e Guattari (2012b), a "atividade" própria do aparelho de Estado é o trabalho, e a da máquina de guerra é a ação livre. É o caso de se perguntar se o empreendedorismo, como instituído pela máquina de guerra neoliberal, não é uma maneira de tentar efetivar essa ação livre contra o imperativo do trabalho, entendido em sua maneira estrita.

através e dentro dela, se tornando o único critério aceitável para a distribuição das posições sociais de *status* e riqueza, o que justifica e, inclusive, celebra toda desigualdade. A mobilização total do trabalho, ainda, já que a concorrência é concebida como uma batalha de e pela vida, tem ares guerreiros: “A ética da empresa tem um teor mais guerreiro: exalta o combate, a força, o vigor e o sucesso. Ela transforma o trabalho no veículo privilegiado da realização pessoal: sendo bem-sucedidos profissionalmente, fazemos da nossa vida um ‘sucesso’” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 333). O trabalho era já a instância predominante da subjetividade capitalista, como os marxistas sempre apontaram, mas com o neoliberalismo e com sua correlata conjunção entre tempo de trabalho e tempo de vida (HARDT; NEGRI, 2000), toda a subjetividade é envolvida pela forma-empresa.

SUICIDARISMO E SUICIDARISMO DE ESTADO

O último ponto que faz parte de nossa hipótese da máquina de guerra neoliberal é o de sua constituição em e através de um suicidarismo, mais exatamente, de um suicidarismo de Estado.

Na tomada do Estado pela máquina de guerra fascista, como apontavam Deleuze e Guattari, o Estado, ao ser submetido ao movimento da linha de abolição dessa máquina, bem como à sua essência anti-estatal, entrava em um movimento de auto-abolição:

Uma estranha observação de Virilio nos dá a pista: no fascismo, o Estado é muito menos totalitário do que *suicidário*. Existe, no fascismo, um niilismo realizado. É que, diferentemente do Estado totalitário, que se esforça por colmatar todas as linhas de fuga possíveis, o fascismo se constrói sobre uma linha de fuga intensa, que ele transforma em linha de destruição e abolição puras (2012a, p. 123. Grifo no original).

A máquina de guerra neoliberal, bem como a máquina de guerra neofascista que desabrocha dela, repete à sua maneira esse impulso suicida: “O que o velho e o novo fascismo têm em comum é um fundo de autodestruição e um desejo suicida que

herdaram do Capital, pois este é ao mesmo tempo ‘produção’, ‘destruição’ e ‘autodestruição’ (LAZZARATO, 2019, p. 40). Como argumenta Deleuze (2017), o Estado e a máquina de guerra mundial, em sua evolução conexa à evolução da máquina capitalista ou do Capitalismo Mundial Integrado, são afetados pelo infinito próprio do Capital, pelo infinito da acumulação pela acumulação. Assim, o fluxo de guerra que passa pela máquina de guerra mundial e por seus Estados se torna infinito. Como explicitado pela obra de Alliez e Lazzarato (2021), esse fluxo de guerra passa também pela soberania econômica, pela soberania da lógica econômica do capital em sua livre e imponente circulação. Esse movimento faz com que o Estado neoliberal perca sua soberania, instituindo, a seu modo, uma tendência suicida, que passa pela privatização de seus bens, pela redução de seus axiomas e da regulação de seus fluxos econômicos de maneira geral. Esse processo, na prática, passa pelo aparelhamento do Estado e de seus órgãos por figuras que contrariam a lógica mesma de suas funções¹⁹, como fica bem exemplificado no caso dos anti-ministros do governo Bolsonaro, como Ricardo Salles, ministro do meio ambiente que afirma a necessidade de “passar a boiada”, literal e figurativamente, ou seja, tanto o fluxo de gado para dentro das áreas griladas, desmatadas e invadidas, quanto o fluxo de desregulamentação legislativa que facilita estas mesmas operações (e isso conjugado ao “fluxo de morte” da pandemia de COVID-19, que deveria ser, segundo o anti-ministro, aproveitado²⁰). O Estado é, através dessa estratégia de tomada pela máquina de guerra neoliberal, bem como pela neofascista, corroído de dentro, e jogado em uma linha de auto-abolição e autodestruição que é como que infinitesimal, uma tendência perene que nunca se

¹⁹Como no exemplo dado por Chamayou: “Em 1981, Reagan confiou a seção antitruste do Departamento de Justiça a William F. Baxter, fervoroso adversário das leis antitruste, partidário das teses de Manne sobre as virtudes do ‘mercado de controle’. Foi ele que, operando uma nova política da concorrência, desregulou as operações de fusão-aquisição” (2020, p. 104).

²⁰ “Salles sugere ‘ir passando a boiada’ para mudar regras durante pandemia”. Poder 360. 22 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/salles-sugere-ir-passando-a-boiada-para-mudar-regras-durante-pandemia/>. Acesso em: julho de 2022.

conclui: afirmar que há um suicidarismo de Estado é diferente de afirmar que o Estado efetivamente se suicida, (ainda que não possamos excluir essa possibilidade de todo).

Como argumenta Brown, o neoliberalismo fez avançar um niilismo generalizado, que alimenta as máquinas neoliberais neofascistas, no Estado e na sociedade, no molar e no molecular, no macro e no micro - “O lado economicizante do neoliberalismo adicionou força e acelerou o niilismo de nossa era” (2019, p. 200).

As máquinas neofascistas, advindas do neoliberalismo avançado e com a crise social que se intensificou após 2008, tem uma força suicida *sui generis*, que banha o social e eventualmente toma o Estado, como um corpo canceroso, como já colocavam Deleuze e Guattari (2012a) a respeito do fascismo. Essa força suicida é fruto de uma linha de fuga, própria de uma máquina de guerra, mas tornada linha de destruição, que é o que resta quando não há mais capacidade criativa ou potência de metamorfose: nas “ruínas do neoliberalismo”, ou no neofascismo, há um “ressentimento preso em seu rancor retido, incapaz de ‘tornar-se criativo’. Ele só tem vingança, sem saída, sem futuridade” (BROWN, 2019, p. 217). O apocalipse é colocado como único horizonte possível:

Talvez estejamos testemunhando também o que ocorre com o niilismo quando a própria futuridade é incerta. Talvez haja uma forma de niilismo moldada pela minguada de um tipo de dominância social ou pela dominância social minguante de um tipo histórico. Na medida em que este tipo se encontra num mundo esvaziado não apenas de significado, mas de seu próprio lugar, longe de ir gentilmente noite adentro, ele se volta na direção do apocalipse. Se os homens brancos não podem ser donos da democracia, então não haverá democracia nenhuma. Se os homens brancos não podem dominar o planeta, então não haverá planeta (BROWN, 2019, p. 220).

CONCLUSÃO

A hipótese da máquina de guerra como independente em relação ao aparelho de Estado, como levantada por Deleuze e Guattari, se prova útil tanto para não identificar pura e simplesmente fascismo e Estado quanto para entender melhor a relação entre neoliberalismo e Estado, ao tomarmos o neoliberalismo como uma

máquina de guerra, local e global, que se constitui de direito e abstratamente em oposição à lógica do Estado, ainda que concretamente com ele se misture e o submeta. Entendendo o neoliberalismo como máquina de guerra, bem como com um dos polos da axiomática, podemos entender os sentidos em que o Estado neoliberal é “mínimo”, enquanto subtração axiomática, e os sentidos em que ele é forte, enquanto sustentador da lógica econômica e da norma concorrencial de mercado, além de aniquilador daquilo que não se adequa nessa ordem.

A hipótese da máquina de guerra neoliberal também ajuda, através do paralelo com a constituição da máquina de guerra mundial pós-fascista, a entender como os Estados produzem uma ordem global que simultaneamente solapa sua Soberania e sua Lei. Ainda com o auxílio de Deleuze e Guattari sobre a importância dos microfascismos, antes e independentemente do macrofascismo de Estado, vemos a relação entre neoliberalismo e neofascismo através da valorização de ambas de um conservadorismo social que é dito sustentar tanto a “ordem espontânea” do mercado quanto a da moral tradicional, familiar, com tudo o que estes implicam de desigualdades. Com a concorrência constituindo a normatividade última da governamentalidade neoliberal, a desigualdade se torna necessária, de direito, uma consequência celebrada da livre concorrência de empreendedores de si com igualdade formal - mas apenas formal: toda igualdade substancial é jogada porta afora. A liberdade é elevada a valor absoluto, mas enquanto concebida apartada do social ela é tornada pura vontade de poder e vetor da linha de destruição neoliberal-neofascista. O suicidarismo de Estado, enquanto característica, de modo diferente, de ambas as máquinas de guerra, neoliberal e neofascista, coroa todo esse processo, realizando o niilismo em uma direção apocalíptica. Pensar o neoliberalismo como uma máquina de guerra, portanto, como visto, joga luz sobre a sua relação singular com o Estado, além de esclarecer as suas afinidades com as máquinas de guerra neofascistas que brotam no terreno aberto por ele.

REFERÊNCIAS

- ALLIEZ, Eric; LAZZARATO, Maurizio. **Guerras e capital**. São Paulo: Ubu Editora, 2021.
- ARANTES, Paulo. **Extinção**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- ARANTES, Paulo. **O novo tempo** do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência. São Paulo: Boitempo, 2014.
- BROWN, Wendy. **Undoing the demos**: Neoliberalism's stealth revolution. New York: Zone Books, 2015.
- CHAMAYOU, Grégoire. **A sociedade ingovernável**: uma genealogia do liberalismo autoritário. Tradução: Letícia Mei. São Paulo: Ubu Editora, 2020.
- COOPER, Melinda. Insecure Times, Tough Decisions: The *Nomos* of Neoliberalism. **Alternatives: Global, Local, Political**, v. 29, n. 5 (Governing Society Today), p. 515-533, Nov.-Dec. 2004
- COOPER, Melinda. **Family values**: between neoliberalism and the new social conservatism. New York: Zone Books, 2017.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução: Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DELEUZE, Gilles. **Diferença e repetição**. Rio de Janeiro: Graal, 2006.
- DELEUZE, Gilles. **Derrames II**: aparatos de estado y axiomática capitalista. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Cactus, 2017.
- DELEUZE, Gilles; Félix GUATTARI. **O anti-Édipo**: capitalismo e esquizofrenia. Tradução de Luiz Orlandi, São Paulo: Editora 34, 2010.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia 2, v. 3. São Paulo: Editora 34, 2012a.
- DELEUZE, Gilles. GUATTARI, Félix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia 2, v. 5. São Paulo: Editora 34, 2012b.
- FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. Curso no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GAGO, Verónica. **A razão neoliberal**: economias barrocas e pragmática popular. Tradução de Igor Peres. São Paulo: Elefante, 2018.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Empire**. Cambridge/London: Harvard University Press, 2000.

HARDT, Michael. NEGRI, Antonio. **Multidão: Guerra e democracia na era do Império**. Rio de Janeiro: Record, 2014.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. Tradução: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 5.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

LAVAL, Christian. **Foucault, Bourdieu e a questão neoliberal** Tradução: Márcia Pereira Cunha e Nilton Ken Ota. São Paulo: Elefante, 2020.

LAZZARATO, Maurizio. **O governo das desigualdades: Crítica da insegurança neoliberal**. São Carlos: EdUFSCar, 2011.

LAZZARATO, Maurizio. **Fascismo ou revolução: o neoliberalismo em chave estratégica**. Trad. Takashi Wakamatsu e Fernando Scheibe. Rio de Janeiro: n-1 editora, 2019.

LÖWY, Michael. Sobre o conceito de “afinidade eletiva” em Max Weber. **PLURAL**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v. 17.2, p. 129-142, 2011.

MARX, Karl. **O capital**. Crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção do capital. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013

SAFATLE, Vladimir. A economia é a constituição da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. In.: SAFATLE, Vladimir; SILVA JÚNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian (Orgs.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021, p. 17-46.

SAFATLE, Vladimir; SILVA JÚNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian (Orgs.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

SCHMITT, Carl. **Teologia política**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

SIBERTIN-BLANC, Guillaume. **State and politics: Deleuze and Guattari on Marx**. Translated by Ames Hodges. Los Angeles: Semiotexte/Smart Art, 2016.

SLOBODIAN, Quinn. **Globalistas: O fim do Império e o nascimento do Neoliberalismo**. Tradução de Olivir Freitas. Florianópolis: Enunciado Publicações, 2021.